

O acordo da dívida deverá sair logo

O acordo "está perto", disse William Rhodes, representante dos bancos

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — O presidente do Comitê de Bancos Credores do Brasil, William R. Rhodes, admitiu: "Estamos muito perto e podemos alcançar um acordo da dívida externa brasileira a qualquer momento". Enquanto isso, uma outra fonte explicou que as garantias do Banco Mundial, exigidas pelos japoneses, e que paralisavam as negociações, estão sendo substituídas por um outro esquema, envolvendo co-financiamentos e financiamentos paralelos.

William Rhodes antecipou que o acordo definitivo com o Brasil será "em março", como o foi a moratória. "Obviamente, é muito mais fácil declarar uma moratória do que sair dela. No entanto, estamos nos movendo nesta direção." Ele passou por alto sobre o papel do Banco Mundial no pacote, limitando-se a considerá-lo "o mais significativo e extenso desde o que negociamos com o México, em 1986. Ele vai conter co-financiamentos e financiamentos paralelos substanciais".

Co-financiamento é quando o Banco Mundial e os bancos comerciais participam de um mesmo projeto. Duas possibilidades levantadas ontem por uma fonte foram: os empréstimos para os setores elétrico e agrícola, cada um de US\$ 500 milhões, e que estão sendo atualmente negociados.

Já o financiamento paralelo é quando os bancos comerciais e o Banco Mundial desembolsam dinheiro simultaneamente, sem vínculos. Uma das possibilidades, aqui, seria o empréstimo para o combate às doenças endêmicas no Nordeste, inclusive Aids, no valor de US\$ 109 milhões, e que o ministro Maílson da Nóbrega suspendeu, antes de assinar, em Washington, porque implicava a contratação de 141 novos

funcionários. Este empréstimo será assinado no próximo dia 20 de maio. Outros dois, cada um de US\$ 300 milhões, para irrigação e agroindústria, poderiam também entrar no novo esquema.



Rhodes: será um marco

Esta mesma fonte indicou que com os **exit bonds**, ou títulos de saída, através dos quais cerca de 400 pequenos e médios bancos saíam do consórcio de credores do Brasil, "poderemos levantar até US\$ 600 milhões". Faltaria acertar ainda se será permitido vendê-los para multinacionais com subsidiárias brasileiras.

Os problemas ainda não solucionados, de acordo com esta fonte, são a cláusula da penhora liminar, em que ambos os lados se revelam inflexíveis, a vinculação do pacote a um programa do FMI, e a formaliza-

ção dos esquemas de financiamento que substituiriam as garantias do Banco Mundial, contra as quais estão os Estados Unidos, a Alemanha, a França e a Inglaterra.

EMPRÉSTIMO-PONTE

Depois de apresentar seu discurso no seminário "Políticas para a América Latina na década de 90" — promovido pelo Conselho das Américas —, Rhodes falou ao **Estado**. Sobre os juros ainda não pagos pelo País referentes ao mês de março, ele quando afirmou que deverão ser liquidados o novo acordo for concluído.

— Está em discussão algum empréstimo-ponte para o Brasil poder pagar os juros do segundo trimestre deste ano? (em torno de US\$ 1,2 bilhão), perguntamos.

— Não estou inteirado disso. Pergunte ao embaixador do Brasil... — ele respondeu. (Ao ser questionado, o embaixador Márcio Marques Moreira, também deixaria a questão no ar.)

— O superávit brasileiro seria suficiente para pagar os juros?, insistimos.

— Não vi ainda os números de abril — respondeu Rhodes.

Sobre as três questões pendentes — vinculação com o FMI, cláusula da penhora liminar e o papel do Banco Mundial —, ele não quis entrar em detalhes. Mas disse que o Brasil está pretendendo um acordo **stand-by** com o FMI, de 18 meses, no valor de US\$ 1,5 bilhão e não de US\$ 700 a US\$ 900 milhões como tinha sido antes divulgado.

Sobre seu anúncio — de que as negociações da dívida estão para ser concluídas a qualquer momento —, Rhodes fez, entretanto, uma advertência: "Estamos desbravando novos territórios em algumas áreas de nossas negociações o que torna difícil qualquer previsão".